



FUNDAÇÃO
BENJAMIM DIAS COSTA

Índice.....	1
1 Identificação da Entidade.....	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Principais Políticas Contabilistas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
5 Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6 Ativos Intangíveis.....	12
7 Locações.....	12
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	12
9 Inventários.....	12
10 Rédito.....	12
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	13
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
13 Efeitos de alterações em taxas de cambio.....	13
14 Imposto sobre o Rendimento.....	13
15 Benefícios dos empregados.....	13
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
17 Outras Informações.....	14
17.1 Investimentos Financeiros.....	14

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	14
17.3 Clientes e Utentes.....	14
17.4 Outras contas a receber.....	15
17.5 Diferimentos.....	15
17.6 Outros Ativos Financeiros.....	15
17.7 Caixa e Depósitos Bancários.....	15
17.8 Fundos Patrimoniais.....	16
17.9 Fornecedores.....	16
17.10 Estado e Outros Entes Públicos.....	16
17.11 Outras Contas a Pagar.....	17
17.12 Outros Passivos Financeiros.....	17
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	18
17.15 Outros rendimentos e ganhos.....	18
17.16 Outros gastos e perdas.....	19
17.17 Resultados Financeiros.....	19
17.18 Indicadores de desempenho económico-financeiro.....	20
17.19 Acontecimentos após data de Balanço.....	20

1 Identificação da Entidade

A Fundação Benjamim Dias Costa, com registo fiscal (NIF) **500867852**, é uma IPSS sediada na Casa do Freixieiro, sita na Rua da Nestlé, n.º 45, 3860-071 Avanca, concelho de Estarreja que exerce a sua atividade na área de Infância e Juventude, mais concretamente nas valências Creche, Pré-escolar e cATL, beneficiando mais de duzentos utentes.

Instituída por Adelino Dias Costa (Comendador da Ordem de Mérito em 24/06/1946) e sua Esposa, D. Assunção Leite, a Fundação Benjamim Dias Costa foi reconhecida por despacho do Ministro da Saúde e Assistência de 11 de Dezembro de 1967, ano em que os seus estatutos foram aprovados e publicados no Diário do Governo (30/12/1967).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) registada a título definitivo na Direção Geral da Segurança Social desde 13/02/1984, no livro n.º 2, sob o n.º 9/84, a fls. 37 e 37 verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Registo das Instituições de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro e possui, por essa via, estatuto de Utilidade Pública.

Os seus estatutos foram revistos e publicados em Diário da República em 24 de Dezembro de 1983 e novamente revistos e aprovados por despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 23/10/2014. Os novos estatutos foram publicados e registados definitivamente pela Direção Geral da Segurança Social pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9/84, a fls. 37/37 verso no Livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se

aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos

locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizada, correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.3 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.4 Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis no valor de 1.007,08 €

3.2.5 Investimentos financeiros

Participação de Capital – CA de 1.000,00 €

Outros - FCT 357,85 €

3.2.6 Inventários

Para os anos de 2014 e 2015 os valores dos Inventários e do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas foram os seguintes:

Descrição	Inventário 01-Jan-2014	Compras 2014	Inventário 31-Dez-2014	Compras 2015	Inventário 31-Dez-2015
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	101,98	41856,62	260,90	46385,18	738,61
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
...					
Total	101,98	41856,62	260,90	46385,18	738,61
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		41697,70		45907,47	

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

(Não aplicável)

Clientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações incluídas na rubrica “Outras Variações do Fundo Patrimonial” e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

(Não aplicável)

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos de Conta Caucionada, explicitados no quadro seguinte:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Contas caucionadas	15000,00		15000,00	15000,00		15000,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>						
Contas bancárias de letras descontadas						
Descobertos Bancários Contratados						
Out.Empréstimos-Depósitos Ordem						
Total	15000,00		15000,00	15000,00		15000,00

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante

se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(Não aplicável)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(Não aplicável)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	121.650,00					121.650,00
Edifícios e outras construções	1.403.840,18	18979,36				1422819,54
Equipamento básico	137.207,39	12545,14				149752,53
Equipamento de transporte	113.226,62					113.226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	43224,99					43.224,99
Outros Ativos fixos tangíveis	2.205,49	11470,04				13675,53
Total	1821354,67	42994,54				1864349,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	400781,81	75578,62				476360,43
Equipamento básico	125444,56	6832,24				132276,80
Equipamento de transporte	113226,62					113.226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	40694,66	701,88				41396,54
Outros Ativos fixos tangíveis	2024,19	2918,50				4942,69
Total	682171,84	86031,24				768203,08

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	121.650,00					121.650,00
Edifícios e outras construções	1422819,54					1422819,54
Equipamento básico	149752,53	11305,26				161057,49
Equipamento de transporte	113.226,62					113.226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	43.224,99					43.224,99
Outros Ativos fixos tangíveis	13675,53	312,15	11152,76			2834,92
Total	1864349,21	11617,41	11152,76			1864813,56
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	476360,43	35369,99				511730,42
Equipamento básico	132276,80	8669,50				140946,30
Equipamento de transporte	113.226,62					113226,62
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	41396,54	521,64				41918,18
Outros Ativos fixos tangíveis	4942,69	2957,50				7900,19
Total	768203,08	47518,63				815721,71

Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

(Não aplicável)

Outros Ativos Intangíveis

Programas de computador no valor de 1098,64 €

7 Locações

(Não aplicável)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

(Não aplicável)

9 Inventários

(Não aplicável)

10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas		
Prestação de Serviços	251636,68	239335,63
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Matrículas e Mensalidades	251636,68	239335,63
Juros	93,33	109,96
<i>Royalties</i>		
Dividendos		
Total	251730,01	239445,59

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(Não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Quadro desenvolvido na nota 17.13

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(Não aplicável)

15 Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais da Fundação são o Conselho de Administração, composto, nos períodos de 2015 e 2014, por 7 elementos e o Conselho Fiscal, composto, no mesmo período, por 5 elementos. Em ambos os casos não houve, nos períodos em causa, qualquer alteração.

Os membros dos Órgãos Sociais não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 40 e em 31/12/2015 foi de 41.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	381806,59	373944,80
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	81068,82	78023,83
Seguros de Acidentes Trabalho Doenças Profissionais		
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	11588,07	2335,50
Total	474463,48	454304,13

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Participação de Capital – CA de 1.000,00 €
Outros FCT de 357,85 €

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

(Não aplicável)

17.3 Clientes e Utentes

A rubrica “ Clientes e Utentes” tinha nos anos de 2014 e 2015 os saldos descritos no quadro seguinte:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	7287,50	8180,64
Clientes	-	-
Utentes	7287,50	8180,64
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes Factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	7287,50	8180,64

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
...		
Outros Devedores	5968,78	21621,35
Perdas por Imparidade		
Total	5968,78	21621,35

17.5 Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” teve nos anos 2014 e 2015 os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Gastos a reconhecer	5275,44	2715,66
...	-	-
Total	5275,44	2715,66
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos a reconhecer	0,00	16497,88
...	-	-
Total	0,00	16497,88

17.6 Outros Ativos Financeiros

(Não aplicável)

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2015 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Caixa	40771,97	374,34
Depósitos à ordem	737,16	43569,53
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	41509,13	43943,87

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	130129,05	-	-	130129,05
Excedentes técnicos	0,00	-	-	0,00
Reservas	0,00	-	-	0,00
Resultados transitados	336017,74	-	-44360,36	291657,38
Excedentes de revalorização	0,00	-	-	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	617627,19	-	-16869,35	600757,84
Total	1083773,98	-	-61229,71	1022544,27

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	9580,09	13244,98
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	9580,09	13244,98

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	-	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3676,80	3977,70
Segurança Social	16029,74	16693,08
Outros Impostos e Taxas-FCT/FGCT	134,73	0,00
Total	19841,27	20670,78

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	63912,46	-	63759,08
Remunerações a pagar	-	63912,46	-	63759,08
Cauções	-	-	-	0,00
Outras operações	-	-	-	0,00
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	0,00
Fornecedores de Investimentos	-	498,15	-	6526,38
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	0,00
Outros credores	-	691,52	-	1759,50
	-	-	-	0,00
Total	-	65102,13	-	72044,96

17.12 Outros Passivos Financeiros

(Não aplicável)

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Conforme quadro seguinte:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo	347881,17	342965,91
Centro Reg.Seg.Social-Creche	140881,56	139311,83
Centro Reg.Seg.Social-Pré Escolar	171218,94	16690,26
Centro Reg.Seg.Social-ATL	35780,67	36963,82
	-	
Total	347881,17	342965,91

Descrição	2015	2014
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Município de Estarreja	-	-
Junta Freguesia Avanca	0,00	0,00
Inst.Emprego e Formação Profissional	10165,81	5262,03
Estágios Profissionais	-	-
Programa Vida Emprego	-	-
POPH	-	11113,15

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	59364,79	63030,57
Materiais	5640,76	6215,46
Energia e fluidos	25844,42	28169,61
Deslocações, estadas e transportes	7373,84	7105,90
Serviços diversos	36394,56	31478,97
Total	134618,37	136000,51

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	130,05	163,81
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	6693,82	3755,29
Imputação Subsídios/Doaç/Investimentos a)	16869,35	32905,18
Donativos	47213,86	57961,79
Correcções Fav.Exerc.Anteriores	0,00	0,00
Total	70907,08	94786,07

a) Imputação Subsídios/Investimentos = 13720,44
 Imputação Donativos/Investimentos = 3148,91

16869,35

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1842,54	328,44
Quotizações	300,00	300,00
Taxas	168,45	-
Total	2310,99	628,44

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Operações Realizadas Inst.Crédito	1816,23	1883,29
Total	1816,23	1883,29
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	93,33	109,96
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	93,33	109,96
Resultados financeiros	-1722,90	-1773,33

17.18 Indicadores de desempenho económico-financeiro

	2015	2014
Autonomia Financeira	89,58 %	88,32%
Liquidez Geral	52,60 %	57,88%
Liquidez Imediata	35,80 %	31,97%
Solvabilidade Total	8,59	7,56

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2016.

Avanca, 30 de março de 2016

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (M14)

UNIDADE MONETÁRIA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dezembro N	31 Dezembro N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1,049,091.85	1,096,146.13
Ativos intangíveis		1,007.08	0.00
Investimentos Financeiros		1,357.85	1,159.43
Total do ativo não corrente		1,051,456.78	1,097,305.56
Ativo corrente			
Inventários		738.61	260.90
Clientes e utentes		7,287.50	8,180.64
Estado e outros entes públicos		205.46	2,844.24
Outras contas a receber		5,968.78	21,621.35
Diferimentos		5,275.44	2,715.66
Caixa e depósitos bancários		41,509.13	43,943.87
Total do ativo corrente		60,984.92	79,566.66
Total do ativo		1,112,441.70	1,176,872.22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		130,129.05	130,129.05
Resultados transitados		291,657.38	336,017.74
Outras variações nos fundos patrimoniais		600,757.84	617,627.19
Resultado líquido do período		-26,042.66	-44,360.36
Total do fundo de capital		996,501.61	1,039,413.62
Passivo			
Passivo não corrente			
Total do passivo não corrente		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores		9,580.09	13,244.98
Pessoal		6,400.00	0.00
Adiantamentos de clientes		16.60	0.00
Estado e outros entes públicos		19,841.27	20,670.78
Financiamentos obtidos		15,000.00	15,000.00
Outras contas a pagar		65,102.13	72,044.96
Diferimentos		0.00	16,497.88
Total do passivo corrente		115,940.09	137,458.60
Total do passivo		115,940.09	137,458.60
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1,112,441.70	1,176,872.22

Entidade: FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTADEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (M13)

UNIDADE MONETÁRIA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		31 Dezembro N	31 Dezembro N-1
Vendas e prestações de serviços		251,636.68	239,335.63
Subsídios á exploração		358,046.98	359,341.09
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-45,907.47	-41,697.70
Fornecimentos e serviços externos		-134,618.37	-136,000.51
Gastos com o pessoal		-474,463.48	-454,304.13
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversoes)		0.00	-17,387.80
Outros rendimentos e ganhos		70,907.08	94,786.07
Outros gastos e perdas		-2,310.99	-628.44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23,290.43	43,444.21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-47,610.19	-86,031.24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-24,319.76	-42,587.03
Juros e rendimentos similares obtidos		93.33	109.96
Juros e gastos similares suportados		-1,816.23	-1,883.29
Resultado antes de impostos		-26,042.66	-44,360.36
Resultado líquido do período		-26,042.66	-44,360.36